

AS FUNDAÇÕES DE APOIO PRIVADAS: NOTAS PARA A ANÁLISE DE UMA REALIDADE HETERONÔMICA
Giovane Saionara **Ramos** – UNIPLI

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva identificar elementos que sinalizam uma nova morfologia para a universidade, na sociedade contemporânea, diante das condicionalidades impostas pelos organismos multilaterais (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a Organização Mundial do Comércio, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Grupo Banco Mundial – BM) (Lima,2002), através das políticas de ajuste estrutural para os países da América Latina enquanto o *ethos* acadêmico é desvirtuado. Evidenciou, portanto, o que Florestan Fernandes (1975) abordou a partir dos seus conceitos de capitalismo dependente e de contra-revolução burguesa: a reforma universitária consentida que diante de um conjunto de reformulações capitaneadas pelas frações burguesas locais não altera o padrão de capitalismo dependente mesmo num contexto de inúmeras ofertas educacionais (e condizentes com a lógica mercantil). Isto valida o caráter contraditório do capitalismo que implica numa nova configuração das relações na luta de classes e um cenário de fortes nuances colonialistas.

Entretanto, a tentativa de desarticular a luta de classes ou mesmo obscurecê-la é acompanhada de um movimento de ressignificações de conceitos que são caros à classe trabalhadora e no que nos interessa, particularmente, a função social da universidade. A universidade paulatinamente vem sendo relexicalizada como educação terciária; a sociedade civil de lócus em que ocorre as lutas sociais é convertida em um espaço de harmonia e colaboração, não raramente assumindo o lugar do mercado, e em nome da autonomia universitária, as contra-reformas instituem a heteronomia.

E é nesse contexto, onde a presença empresarial se impõe, proliferam as fundações de apoio privadas através das quais são firmados acordos de parceria público-privada que, dentre outras questões, celebram contratos com fins particularistas em detrimento da autonomia

universitária e incongruentes com o padrão unitário de qualidade da educação, na acepção gramsciana.

A análise destas questões está referenciada no materialismo histórico por ser uma perspectiva epistemológica que permite estudar as transformações verificadas na universidade pública, operadas pelas políticas dos organismos internacionais e dos Estados, em suas mediações com as transformações na base material da sociedade, como nos mostrou Florestan Fernandes (1975;1979), donde se apreende que “ao tomar uma bandeira que não era sua e não poderia ser sua” a burguesia “corrompeu a imagem da reforma universitária moldou-a sua feição.

Para Lukács (1974), “o materialismo histórico, permite-nos também examinar o presente do ponto de vista da história, isto é, cientificamente” para além dos fenômenos de superfície, “mas também as forças motrizes históricas mais profundas que na realidade fazem mover os acontecimentos”; sua missão é “desvendar a essência da ordem social capitalista”.

Como a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem, para chegar a sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *detour*”.(KOSIK, 1976:p.9). Exatamente, para nos livrarmos do imediatismo que se impõe à nossa primeira avaliação dos fatos, é que a dialética se coloca como um desafio: o desafio de “dissecar” a realidade, e destruímos a sua faceta utilitarista e ilusória.

Sob essa perspectiva, se o Estado assume características neoliberais, acaba por defender, a partir das suas políticas sociais, a formação do trabalhador imbuído do “novo espírito do capitalismo”¹ (Chiapello e Boltansky, 1999). Se a universidade reforça os seus vínculos com o mercado, a possibilidade de produção do conhecimento numa perspectiva crítica e transformadora da sociedade, desfaz-se e, por conseguinte, ela poderá vir a constituir-se como a mediadora para a formação do trabalhador de novo tipo, flexível, adequado ao funcionamento econômico em rede, participe de um “quadro de (i)mobilidade potencial crescente de mão-de-obra, em que a esfera do social é mobilizada (ou desmobilizada) ao nível de cada trabalhador e já não ao nível associativo ou sindical”. (Chiapello e Boltansky *apud* Dores,2000). Seguramente, essa formação do trabalhador de novo tipo caminhará ao lado da

¹ “[...] novo espírito do capitalismo foi capaz, sabemos-lo hoje, de integrar as críticas anticapitalistas, de inspirar a implosão do socialismo real e conquistar para o seu campo a parte importante dos seus contestatários, através do estímulo à flexibilização e mobilidade dos trabalhadores e de um forte incremento das qualificações académicas e profissionais como condição de emprego e justificação para o desemprego” (DORES,2006).

precarização do trabalho docente na universidade, hoje, refém de mecanismos produtivistas e ensejadores do capitalismo acadêmico periférico. (Leher e Lopes, 2008).

A autonomia universitária não pode acontecer dissociada de um projeto democrático de educação para o país, pois, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (CF/88, art.207).

Sob a lógica da mercantilização da educação com vistas à eficiência e adequação às demandas capitalistas e seus projetos de formação minimalistas, o poder hegemônico do capital busca incessantemente promover a destruição da democracia descolada da luta de classes, em favor da cultura delineada pelos valores da opressão e da submissão em que a classe trabalhadora é levada a privilegiar a partir da sua relação com uma realidade de acirrada desigualdade social e exclusão. Neste sentido, delineia-se um contorno para uma universidade, entre projetos antagônicos de educação, pautados na modernização da economia e na política privatista face ao desmonte do Estado Social.

A universalização da educação básica e o ensino superior voltado para a ampliação do capital são evidências de um projeto consolidado sob bases burguesas.

Leher (1999), na sua crítica às políticas educacionais definidas pelo Banco Mundial para os países periféricos em conformidade com as mediações particulares das frações locais da burguesia mais internacionalizadas, demonstra que os países da América Latina buscam estratégias de controle para a estabilidade política. E esse controle se daria, também, a partir dos processos educacionais posto que, para essas frações locais da burguesia essa dominação é necessária para extração de mais valia em proporção suficiente para repartir ainda que desigualmente com as frações hegemônicas. O trabalho nos países periféricos, a partir da sua inserção na economia mundial, demanda pouca qualificação, uma vez que os “processos de trabalho baseados em tecnologias padronizadas que requerem força de trabalho pouco qualificada e, por isso, barata” desmascarando o discurso da centralidade da educação e validando a nova morfologia do trabalho, de caráter polissêmico e multifacetado (Antunes, 2005). A esse momento junte-se ainda, a precarização do trabalho docente como componente do pano de fundo para a proliferação dessas parcerias atrativas enquanto possíveis promotoras de complemento de renda em detrimento do sentido de pertencimento de classe. Em tempos de desemprego estrutural (Antunes, 2005) “configura-se um quadro socialmente explosivo, com parcela seleta da população ativa se mantendo cada vez menos incorporada aos empregos regulares. A apropriação da subjetividade do trabalhador pelo

capitalismo é uma das marcas da contemporaneidade, onde o contexto histórico-cultural é fundamental para a produção do sujeito, fundado no discurso da coletividade. “A democracia está cada vez mais débil” (LEHER,1999: p. 02), possibilitando a imposição das reformas educacionais impostas pelo Banco Mundial. Entretanto, vale ressaltar que essa posição encontra respaldo na hegemonia local que valida de modo concreto, a ação da “mão invisível” do mercado, principalmente, nas políticas educacionais, mesmo sob governos federais eleitos democraticamente (Rodrigues, 2005, p.19.).

Na condição de avalistas dos países endividados, na década de 80, o Banco Mundial impôs condicionalidades como moeda de troca ao aval e aos empréstimos a esses países, inclusive o Brasil. Assim, a educação é rebaixada à categoria de mercadoria. A educação básica recebe um caráter de treinamento profissional e isso se estende a educação superior, sob as modalidades dos cursos tecnólogos (de curta duração), a educação à distância (EAD), a parceria entre instituições públicas de ensino superior e empresas para a formatação de projetos formativos com a chancela, é claro, da universidade. O projeto de educação nacional, sob a forma da Lei 9.394/96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos seus artigos 39, 40, 41 e 52, além de relacionarem a educação profissional “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” abre espaço para que essa educação também possa acontecer a partir de parcerias com empresas. Esse movimento interno,

“afina-se com as estratégias e prioridades educacionais do BM”(…) no que tange à rejeição do “modelo europeu de universidade”, caracterizado pela indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, e à diversificação das fontes de custeio da educação pública e da diferenciação de instituições, permitindo que o BM encaminhe a sua agenda como sendo a dos setores dominantes locais e vice-versa.(BARRETO E LEHER,2008: p.430-431)

Rodrigues² (2007), ao analisar a proposta pedagógica do Instituto Euvaldo Lodi – IEL, criado em 1969 a partir “de recomendação do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Universitária (de 1968)” (p.34), apresenta um dos seus projetos estratégicos para o período 1999-2010:

Projeto de Modernização das Universidades. Escopo: desenvolver propostas de aperfeiçoamento dos *currículos universitários visando a sua melhor adequação às*

² Para maior aprofundamento, o trabalho do autor, “Os empresários e a educação superior” São Paulo: Autores Associados, 2007.

necessidades de recursos humanos para a indústria, bem como de reformas institucionais e autonomia das universidades. (p.40) (grifos do autor)

E o autor, conclui que, passados trinta anos,,

“O IEL consolidou as bases para uma proposta de reforma da educação superior sobre a idéia força “Educação e conhecimento para a competitividade”, a ser operacionalizada por ações no interior das universidades brasileiras. Tais ações podem ser agrupadas em duas direções intimamente articuladas: atrelar a pesquisa científico-tecnológica e os currículos universitários às demandas da indústria. (RODRIGUES, 2007:p.40)

Diante de tal quadro, qual será o papel a ser desempenhado pelo Estado para a educação superior? Diante de frações da burguesia em *eterna* disputa, de dentro da universidade, pela condução dos rumos da sociedade fertilizou-se o terreno para que as autarquias delineiem contornos favoráveis e/ou convenientes para a consolidação do projeto burguês?

Nesse quadro de disputas entre projetos antagônicos de educação e de universidade, Florestan destaca sistematicamente o papel central a ser desempenhado na educação escolar para promover a descolonização do país, afirmando que a educação não pode se limitar à “fórmula abstrata da ‘educação para um mundo em mudança’, mas sim da educação como um meio de auto-emancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores” (LIMA, 2006: p.35)

De fato, o corte no financiamento das políticas públicas, dentre as quais a política educacional, e o discurso da centralidade da educação como geradora de renda, aponta para a (con)formação dos trabalhadores à democracia nos moldes burgueses e a consequente consolidação do empresariamento da educação, particularmente da educação superior e, sob uma cortina de fumaça alinhavada por projetos sociais e movimentos identitários, contribui para o deslocamento do projeto de universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

A QUESTÃO DAS FUNDAÇÕES “DITAS” DE APOIO

Se o cenário da chamada mundialização do capital³ trouxe consigo mudanças de ordem técnica e organizacional da produção e distribuição de riqueza, essas atingem vigorosamente as universidades públicas, em particular as dos países capitalistas dependentes.

³ garantir a apropriação, em condições tão regulares e seguras quanto possível, das rendas financeiras – juros e dividendos – numa escala mundial.” (CHESNAIS *apud* CARDOSO, 2006, p.43).

Na contemporaneidade, observamos nas instituições universitárias semelhanças com os centros de formação de executivos demandados pelos ventos da “ideologia da globalização” (Leher, 1998: p.9).

O posicionamento da Universidade brasileira diante das políticas de ajuste estrutural contribui, e muito, para a descaracterização da finalidade da instituição. Marilena Chauí (2001) entende que “se a universidade brasileira está em crise é simplesmente porque a reforma do ensino inverteu seu sentido e finalidade - ainda não se sente bem treinada para isto, donde sua “crise”.

Lucas e Leher , na sua crítica aos rumos que a educação pública vem tomando sinaliza que, para os setores dominantes, as universidades:

Não cumprem muito bem o papel de reprodução ideológica, nem oferecem habilitações tão diretamente acopladas a necessidades efêmeras do mercado quanto lhes parece desejável. Teimam em produzir conhecimento, quando poderiam contentar-se em propagar o que nos chega pronto e com a etiqueta do primeiro mundo. (LANDER *apud* LUCAS e LEHER,2001: p.257)

Entretanto, conforme Luiz Antonio Cunha (2002: p. 105), existe um “sentimento de autocomiseração que bloqueia a visão dos fatos” não permitindo a plena condição do Brasil, de influir nas diretrizes impostas por essas agências prevalecendo, diante disso um “sentimento colonizado leva ao pensamento de que todo brasileiro é cumpridor de ordens dos senhores do mundo e seu complemento, a identificação autocomplacente com esses senhores”, sem considerar, contudo, que internamente existem grupos sociais que compactuam com essas prescrições e, portanto, assumem o ideário *pari passu*.

Num contexto de precarização da educação pública e dos docentes, a proliferação das fundações se constitui numa resposta imediata oferecida pela fração burguesa às demandas do capital financeiro. Neste cenário, se afiguram irregularidades administrativas, cobranças indevidas de taxas/mensalidades em cursos de especialização, remuneração de docentes pela venda de serviços, dentre outros

Segundo BOAVENTURA SANTOS (2002),

O desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são as duas faces da mesma moeda. São os dois pilares de um vasto projecto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional. (...) O primeiro nível de mercadorização consiste em induzir a universidade pública a ultrapassar a crise financeira mediante a geração de receitas próprias, nomeadamente através de

parcerias com o capital, sobretudo industrial. Neste nível, a universidade pública mantém a sua autonomia e a sua especificidade institucional, privatizando parte dos serviços que presta. O segundo nível consiste em eliminar tendencialmente a distinção entre universidade pública e a universidade privada, transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não se produz apenas para o mercado mas que produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes. (pp. 18-19)

Ainda segundo o autor,

no Brasil e em Portugal estão a proliferar fundações, com estatuto privado, criados pelas universidades públicas para gerar receitas através da venda de serviços, alguns dos quais (cursos de especialização) competem com os que devem prestar gratuitamente. Tais receitas são, por vezes, utilizadas em complementos salariais. (p.21)

A questão dos repasses de recursos da União para as IFES por intermédio das mesmas assume também, nesse caso, um papel central nesta investigação: o quanto poderíamos computar de responsabilidade ao Estado pela má utilização dos recursos recebidos pelas instituições ou se trata de resolver, simplesmente, a sua redistribuição?

Assim, analisar como vem se constituindo as fundações ditas de apoio (Brasil, 2004), como estas se organizam do ponto de vista jurídico, os principais tipos de contratos intermediados por elas, as formas de “institucionalização” das mesmas nas universidades autárquicas ou fundacionais públicas e suas implicações para a função social da universidade pública tem sido um desafio para o entendimento do sentido hegemonicamente enredado nas proposições para a reforma universitária. Um desafio para aqueles aqueles que lutam por um padrão unitário de qualidade da educação.

O Dossiê Fundações, elaborado pela ADUSP (2004), realiza a crítica pertinente e urgentemente necessária à *imposição das fundações* à comunidade universitária pelo Grupo Interministerial (Brasil, 2003) a partir da

2.5 Regulamentação das relações entre as universidades e as fundações de apoio

Como forma de contornar a falta de autonomia legal, a partir dos anos 80, as universidades passaram a utilizar fundações de apoio, contratadas pelos órgãos de controle e pela comunidade. *Na realidade de hoje não é possível prescindir das fundações, que têm um grande papel a cumprir no funcionamento autónomo das universidades federais*, ao mesmo tempo em que se definem regras claras para o funcionamento delas, pela lisura e transparência. *Nesse sentido, o MEC e o MCT elaboraram uma proposta de regulamentação das relações entre universidades e*

fundações de apoio, já em tramitação no Governo, na forma de proposta de Decreto. (ADUSP,2004: p.7)

A recusa à *imprescindibilidade* das fundações para a gestão do funcionamento da universidade denuncia o caráter instrumental e utilitarista, pautado na lógica do capital financeiro e

fruto de uma política relativamente clara dos governos democraticamente eleitos, em plena sintonia com as orientações dos organismos multilaterais, como o Banco internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, mais recentemente, da Organização mundial do comércio (OMC) (RODRIGUES, 2007: pp: 17-18)

Para além do *investimento imprescindível* na universidade, uma condição para a sua autonomia, a análise realizada pela Adusp confirma o estabelecimento de um ‘novo negócio’ que se apropria da imagem (do logo) da universidade para fins particularistas, desqualificando a sua finalidade “especialmente no que tange à aceitação, como naturais, das desigualdades sociais, da competição acirrada entre indivíduos, grupos e classes e da perda dos seus direitos, conquistados ao longo da História” (NEVES e FERNANDES,2002: p.26)

Estamos diante de um tipo de Estado cuja característica mais determinante “foi sempre ter se colocado a serviço de interesses privados ou, mais precisamente, dos interesses das diversas frações da burguesia” (COUTINHO, 2006, p.194) onde, as burguesias locais são parceiras das burguesias hegemônicas e, promotora de desigualdades acirradas, sob a análise de Florestan Fernandes (Cardoso, 2006, p.34). Assim, encontramos uma universidade que perdendo a sua autonomia precisará, a duras penas, concentrar esforços para se redefinir enquanto legítima.

Conforme o InformAndes (março,2008),

As fundações não são mais do que entes privados intermediando a relação financeira entre órgãos públicos. Além da insustentabilidade jurídica dessa relação e do desvirtuamento acadêmico, se utilizam da estrutura das universidades públicas para fechar negócios privados sem precisar passar por processos de licitação. (p.3)

Logo, são *prescindíveis* (Adusp,2004) já que ferem princípios constitucionais, conforme o artigos 206 e 207 da Constituição Federal de 1988 e sim, ameaçam o acesso à educação superior e a autonomia universitária, respectivamente. Contudo, o princípio da autonomia, segue ressignificado no contexto neoliberal com vistas à não obstacularização às

atividades do mercado. *Grosso modo*, o discurso vigente privilegia a “educação-mercadoria” (Rodrigues, 2007), heterônoma e dissociada de um projeto de país.⁴

É importante destacar que essas fundações são claramente incentivadas pelo Estado que vem repassando recursos públicos obrigatoriamente por meio das mesmas, como recentemente ficou evidenciado nos repasses das verbas do Programa de Reestruturação das Universidades Federais-REUNI (Brasil,2007) para as instituições que firmaram o contrato de gestão. O exame dos casos da USP, notadamente a partir do “dossiê das fundações de apoio” elaborado pela ADUSP mas também das universidades federais pelo Tribunal de Contas da União, atesta que a maior parte dos recursos arrecadados pelas referidas fundações provém de fontes públicas que, entretanto, não são repassados para o fundo da instituição universitária. Ademais, é por meio dessas fundações que são firmados acordos de parceria público-privada que celebram contratos particularistas em detrimento da autonomia universitária.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, “Crise da Unb, fundações "de apoio" e o MEC”, de 18 de abril de 2008, esse desrespeito é alardeado:

Uma dessas medidas estipula que pelo menos um terço dos membros dos conselhos deliberativos dessas fundações seja indicado pelo conselho universitário, principal colegiado da universidade pública.

Ora, tal medida é ilegal: órgãos públicos não podem preencher cargos pertencentes a instituições privadas.

E é um erro, porque é precisamente a promiscuidade entre o público e o privado que se deve evitar!

Muitas fundações já contam com a participação de autoridades universitárias em diretorias e conselhos, sem que isso garanta lisura ou transparência aos atos dessas entidades. Pelo contrário: o conflito de interesses tem sido a norma nessas relações.

Outra medida pretende que pelo menos dois terços dos professores da instituição pública estejam envolvidos nos projetos de pesquisa financiados por tais fundações.

É uma agressão à verdadeira pesquisa acadêmica, que nunca dependeu dessas organizações privadas. Quem financia a pesquisa no Brasil são agências públicas de fomento (Capes, CNPq, Finep, Fapesp e outras) e órgãos públicos. Fundações "de apoio", quando muito, são intermediárias de recursos públicos. Afinal, o que são e como agem essas organizações privadas?

Para além da tarefa precípua de produção de conhecimento novo indispensáveis para a transformação da realidade, a universidade transforma-se num espaço reprodutor dos desígnios “invisíveis” do mercado, distanciando-se das possibilidades de promover a reflexão crítica junto à sociedade, permitindo-se, dessa forma, a endossar projetos sob uma perspectiva

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1804200809.htm>

econômico-corporativa, e não obstante, essa prática instrumental-utilitarista, nada emancipatória, estende-se ao seu corpo docente-administrativo, se considerarmos que sob a divisão do trabalho, o enfrentamento da “globalização dos sistemas educacionais” (Rodrigues, 2005: 262) torna-se uma encruzilhada, haja vista, a contenção de recursos destinados às questões sociais em tempos neoliberais.

E Leher (2004), no seu artigo “Para silenciar os *campi*”, sintetiza:

Aparência e essência conformam uma dialética. Marx argumentava que os processos sociais se reproduzem na aparência, mas, como se sabe, a mais-valia não se revela no mundo das aparências [...] é preciso investigar as formas - leis, decretos etc. - mas sem esquecer que as formas estão completamente imbricadas com as suas determinações mais profundas como as relações de classes, o lugar da educação na agenda da fração dominante e o grau de organização da classe que vive do próprio trabalho. Um dos pressupostos mais reiterados pelo discurso dominante sobre a educação é a afirmação de que esta, se congruente com a revolução científico-tecnológica, permite inserir as nações da periferia e da semiperiferia no admirável mundo globalizado e de que todos os que fizerem opções educacionais corretas terão um futuro grandioso.

Os setores dominantes em seu processo de hegemonia objetivam formar os seus profissionais *formatados* para esse fim e por isso, embora almejem alcançar seus propósitos de educação por meio de instituições não universitárias (universidade como definida no Art. 207, CF), não abrem mão de manejar as políticas de Estado para que este desempenhe o seu papel educativo em consonância com propósitos particularistas. Mas essas reformulações na educação requerem a destruição da natureza pública das instituições que, a despeito de todos os limites, vem cumprindo um papel social em que a dimensão pública está presente. Por isso, de acordo com Mészáros (2006: 272), “nenhuma pessoa em sã consciência negaria que a educação está, hoje, em crise”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADUSP. **Universidade pública e fundações privadas: aspectos conceituais, éticos e jurídicos**. Disponível em <http://www.adusp.org.br/cadernos/fundacao.pdf>. Acesso em 23/04/08

_____. **Dossiê fundações 2**. Disponível em <http://www.adusp.org.br/revista/40/Default.htm>.

Acesso em 24/04/08

BARRETO, Raquel G., LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**. v.13,n.39. Campinas,São Paulo: Autores Associados, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> acesso em 10/03/2009.

BRASIL. **Lei 9.394, de 24 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Profissional: Legislação básica. 2ª ed. Brasília, PROEP, 1998.

_____. Grupo de Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira**.

Brasília, 15 dez 2003. Disponível em <http://www.anped.org.br/reformauniversitaria3.pdf>.

Acesso em 24/04/08

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto 6.096 de 24 abril 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em <http://200.156.25.73/reuni/D6096.html> acesso em 24/04/08

_____. Presidência da república. **Decreto nº 5.025 de 14 de setembro de 2004**. Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio. Brasília, 2004.

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5205.htm. Acesso em 23/04/08

CUNHA, Luis Antonio. “As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do ensino técnico: crítica da crítica”. In: ZIBAS, Dagmar (org). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano, 2002.

DORES, António P. **O novo espírito do capitalismo**. *Sociologia*. [online]. dez. 2000, no.34 [capturado em 08/10/06].

Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000300008&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0873-6529.

FLORESTAN, Fernandes. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar,1975.

_____. **Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v.2. edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Gramsci A. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IANNI, Octavio. (org.) **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Kátia S. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. **O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. Neves, Lucia M. W. (org.) São Paulo: Xamã, 2002

_____. Capitalismo dependente e “reforma universitária consentida””: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: SIQUEIRA, Ângela C. ; NEVES, Lucia N.W. (orgs.). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

LEHER, Roberto. Para fazer frente ao *apartheid* educacional imposto pelo Banco Mundial: notas para uma leitura da temática Trabalho-Educação. **Trabalho e Crítica**, Belo Horizonte/Niterói, v. 1, n. 1, p. 16-29, 1999.

_____. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

_____, LOPES, Alessandra. Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação. Disponível em http://www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom_seminario_2008/index.html. acesso em 12/12/2008.

LUCAS, Luiz Carlos g.; LEHER, Roberto. Aonde vai a educação pública brasileira?. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.22, n.77, 2001. Disponível e <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7053.pdf>, acesso em 07/10/2006.

LUCKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Lisboa: Publicações Escorpão, 1974.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo,2005.

_____.**A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo,2006.

MINTO, César Augusto, CORREIA, Ciro T., POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Crise da Unb, fundações "de apoio" e o MEC**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1804200809.htm> acesso em 23/04/08

NEVES, Lúcia M.W., FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. *In: O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã.2002

_____.NEVES, Lúcia Maria W.(org.). **Reforma universitária do Governo Lula. Reflexões para o debate**. São Paulo:Xamã,2004.

RODRIGUES, José. “A nova educação superior brasileira no padrão de acumulação flexível”. *In: QUARTIERO, Elisa Maria, BIANCHETTI Lucídio. (orgs.) Educação corporativa. Mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. RS: Santa Cruz do Sul : EDUNISC; São Paulo: Editora Cortez,2005.

_____.**Os empresários e a educação superior**. Campinas,SP: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Universidade pública X fundações ditas de apoio**. Disponível em http://www.andes.org.br/cartilha_fundacoes.pdf. Acesso em 24/04/08

_____.**Revista Sociedade e Universidade**. Disponível em http://www.andes.org.br/frame_livro12.htm. Acesso em 24/04/08